

## LEVERGER, UMA VIDA A SERVIÇO DO BRASIL

Lenine C. Póvoas

Na terceira década do século 19, quando o Brasil disputava com repúblicas do “*cone sul*” o domínio do Rio da Prata, vários marinheiros de origem estrangeira se alistaram na marinha brasileira.

Entre eles estava o jovem AUGUSTO JOÃO MANOEL LEVERGER, nascido em Saint Malô, na França, a 30 de Janeiro de 1802.

No ardor dos seus 18 anos, fugindo a uma Europa castigada pelas guerras e pelas agitações sociais, veio para a América do Sul, acompanhando seu pai, Mathurin Miguel Leverger, e se empregou, em 1820, na marinha mercante brasileira como piloto da escuna “Angélica”.

Em Outubro de 1824 solicitou sua naturalização como brasileiro e sua admissão na Armada Nacional (Marinha de Guerra) e logo se viu envolvido em lutas no Prata, combatendo, de 1825 a 1828 contra as Províncias platinas que aspiravam o controle total das margens e das águas daquele importante rio.

Serviu, durante esse tempo, nas fragatas “Niterói”, “Pedro I” e “Príncipe Imperial”, quando foi promovido por notável comportamento militar e atos de bravura a 1º Tenente, em comissão, pelo Comandante Chefe da Esquadra Nacional, posto em que foi confirmado pelo Governo Brasileiro em Dezembro de 1828, sendo-lhe confiado o comando da bombardeira “Dezenove de Outubro”.

Após vários outros ataques em ações bélicas recebeu a honrosa investidura de **Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro**.

Em Outubro de 1829 foi o então 1º Tenente Leverger designado para organizar a defesa fluvial da Província de Mato Grosso por meio de “barcas canhoeriras”, medida aconselhada por fatos antecedentes, gerados pelo abandono em que viviam as nossas fronteiras ocidentais, entre eles a invasão já ocorrida em 1801 quando o Governador de Assunção, Dom Lázaro de Rivera atacou o Forte de Coimbra, sendo repellido pela bravura de Ricardo Franco.

Desde 1814, quando assumiu ditatorialmente o governo do Paraguai o Dr. Gaspar de Francia isolou aquele país da comunidade latino-americana, proibindo a navegação a barcos estrangeiros pelo rio Paraguai, nas águas daquela República. Em virtude desse fato o Tenente Augusto Leverger veio da Corte para a capital matogrossense pela antiga rota das bandeiras: rios Tietê, Paraná, Pardo, Taquari, Paraguai e Cuiabá.

Chegou o jovem marinheiro (28 anos de idade) no dia 23 de Novembro

de 1830 à cidade na qual viveria os restantes 50 anos de sua existência: Cuiabá.

Imediatamente deu início à tarefa que lhe fora confiada.

Entretanto, dificuldades financeiras do erário público que deveria custear-lhe os trabalhos, determinaram a sua paralisação, ficando ele próprio quase um ano sem receber vencimentos.

Em face dessa situação solicitou Leverger o seu recolhimento à Corte, finalmente determinado pelo Aviso de 8 de Novembro de 1833. Pela mesma rota da vinda retornou ao Rio de Janeiro.

Sua ausência de Cuiabá, motivada por essa circunstância e também pelos desgostos que lhe causaram certas manifestações jacobinistas, oriundas de algumas inexpressivas figuras locais, fizeram com que, por felicidade, não assistisse ao massacre de 30 de Maio de 1834 (a “*Rusga*”), que, por certo, lhe tocara profundamente o coração, isso se não o fizesse correr algum risco por ser “*estrangeiro*” (embora já tivesse solicitado a sua naturalização há dez anos).

Por um ato infeliz da Regência do Padre Diogo Antônio Feijó, foi Leverger inesperadamente reformado por Decreto de 6 de Outubro de 1836, quando se encontrava no Rio de Janeiro em gozo de licença que obtivera, ato esse que, para ele, equivalia a uma verdadeira demissão da Armada.

Um ano depois foi surpreendido com a oferta que lhe fez o novo governo Regencial de sua reintegração à ativa da Marinha de Guerra, com a sua volta à mesma missão anterior.

E foi assim que a 6 de Dezembro de 1837 retornou a Cuiabá, que o recebeu com expressivas manifestações de afeto.

De então para frente sua vida foi uma sucessão de missões honrosas que recebeu e passou a cumpri-las com absoluto sucesso e que lhe garantiram o lugar proeminente que ocupa na história de Mato Grosso.

Prestigiado pelo governo do novo Regente Senador Pedro de Araújo Lima - o Marquês de Olinda -, e promovido ao posto de Capitão Tenente, Leverger reassumiu suas antigas funções e munido de recursos para cumprir sua missão, organizou a Companhia de Aprendizes Marinheiros e lançou as bases do Arsenal da Marinha (mais tarde transferido para Ladário), no local onde hoje se encontra a Praça Luís de Albuquerque, à beira-rio, na qual foi erigido um busto do brasileiro naturalizado e cuiabano adotivo, futuro Barão de Melgaço.

Desde Setembro de 1838 governava Mato Grosso o Presidente Estevão Ribeiro de Rezende. Circulou, então, pela Província, a notícia do falecimento, em Assunção, do ditador paraguaio Dom José Gaspar Rodrigues de Francia.

Cometeu o Presidente Rezende ao “Comandante da Esquadilha da Província de Mato Grosso”, - título então conferido ao Capitão Tenente Augusto Leverger -, a missão diplomática de procurar uma reaproximação com o governo paraguaio que tivesse sucedido a Francia.

Tratava-se, evidentemente, de uma precipitação de Estevão de Rezende, pois essa providência caberia ao Governo Imperial e não ao de uma Província.

Mas o fato revela quanto Mato Grosso ansiava pela restauração da franquia da navegação no rio Paraguai, que lhe era vital.

Cumprindo a incumbência que lhe fora atribuída, saiu Leverger de Cuiabá com destino a Assunção.

Nas proximidades do Forte de Bourbon, em águas fronteiriças com a República do Paraguai, tomou conhecimento de que a notícia do falecimento de Francia era falsa. Ancorou a sua barca “22 de Abril” e procurou contatos de cordialidade com o comandante daquela praça de guerra, por quem foi bem tratado.

Disfarçou Leverger ao comandante Valdez os objetivos de sua viagem, informando que pretendia ir a Assunção comunicar a posse de Ribeiro de Rezende no governo de Mato Grosso e a eleição do novo Regente do Brasil, Araújo Lima, o “Marquês de Olinda”...

Mas o comandante do Forte, com delicadeza e cortesia respondeu-lhe que só permitiria a entrada de estrangeiros no país se recebesse ordens expressas de seus superiores.

Leverger aproveitou o retorno à Capital matogrossense para iniciar seus estudos hidrográficos do rio Paraguai, uma das mais preciosas obras que nos legou.

A 23 de Julho de 1840 foi declarada a maioria de Dom Pedro II, que assumiu o governo do Império. Esse fato foi importante na vida de Leverger pelo conceito de que gozava junto ao jovem Imperador que sempre o prestigiou e tinha por ele grande admiração.

Em 1841 governava a Província o Cônego José da Silva Guimarães, cuiabano de nascimento, primeiro Presidente nomeado por Dom Pedro II.

Outra vez chegou a Cuiabá - agora através do Comandante do Forte de Coimbra -, a notícia do falecimento de Francia, realmente ocorrida a 20 de Setembro de 1840.

Em Fevereiro de 1841 governava o Paraguai, após várias reviravoltas políticas, o Comandante das Armas, Mariano Roque Alonso, tendo como Secretário Carlos Antônio Lopez.

O Presidente Silva Guimarães, demonstrando a angústia que causava

a Mato Grosso o fechamento da navegação do rio Paraguai, decidiu tomar providência idêntica a que tomara Ribeiro de Rezende, - mau grado as críticas que recebera -, despachando o mesmo Capitão Tenente Augusto Leverger, em missão diplomática a Assunção, para tentar uma reaproximação com o governo daquele país.

Guiando-se pelas instruções que lhe foram dadas em ofício de 12/03/1841, seguiu Leverger até alcançar o Forte Bourbon, onde ainda não haviam chegado ordens em contrário, e de onde foi obrigado a regressar, mais uma vez desapontado, prosseguindo apenas nas suas observações hidrográficas sobre o rio Paraguai.

Em 1841, por Decreto de 14 de Junho, o Imperador nomeou o Capitão Tenente Leverger para exercer o cargo de Consul Geral do Império na República do Paraguai.

Com essa credencial, - agora oriunda de fonte certa -, partiu o ilustre marinheiro a 5 de abril de 1842 com destino a Assunção.

Mas estava escrito que não seria ainda desta feita que Leverger desfrutaria de melhor sorte. *“No mesmo Forte Bourbon - (conforme relata Virgílio Corrêa Filho), encontrou o recém-nomeado Consul um intratável comandante que não o recebeu, não lhe permitiu a passagem e nem aceitou a correspondência endereçada ao governo paraguaio...”*.

E mais uma vez Leverger retornou, sem conseguir atingir Assunção, muito embora nomeado de acordo com todos os protocolos internacionais!

Enviou ele um relatório dos fatos ao Governo Imperial que a 16 de Julho de 1842 o promoveu a Capitão de Fragata.

Nesse interim, enquanto aguardava a solução do problema internacional assim criado, Leverger desposou, em Cuiabá, a 25 de Outubro de 1842, Dona Ignez de Almeida Leite, viúva do Sr. José da Costa Leite de Almeida, de cuja união nasceram duas filhas: Emília Augusta e Augusta Malvina.

A 20 de Maio de 1843 solicitou exoneração do cargo de Consul por entender que o Paraguai era um país “impenetrável”.

Mas também estava escrito que Leverger ainda desempenharia funções diplomáticas no vizinho país.

A essa época o Segundo Congresso paraguaio, reunido em 1842, criou o Segundo Consulado, designando para dirigir o país Carlos Antônio Lopez e Mariano Lopez Alonso. Esses cónsules, que governaram até 1844, realizaram boa administração e abriram os portos do Paraguai ao comércio exterior, iniciando um período de boas relações diplomáticas com todos os países.

Valendo-se dessa circunstância, o Governo Imperial nomeou José

Antonio Pimenta Bueno, ex-Presidente da Província de Mato Grosso para o cargo de “*Encarregado dos Negócios e Consul Geral do Império junto ao Governo da República do Paraguai*”, cargo esse em que se fundiam atribuições de dois. Foram então nomeados o Capitão Leverger e Antônio José Lisboa para seus Assessores e Auxiliares, ficando Leverger com a incumbência do Consulado e Antônio José com o encargo dos negócios.

A 18 de Novembro desse ano de 1843 finalmente conseguiu Leverger transpor a fronteira paraguaia e chegar à Capital para apresentar suas homenagens ao governo daquele país.

Extinto logo depois o Consulado, tratou Leverger de retornar ao Rio de Janeiro, onde todavia só pode chegar a 5 de outubro do ano seguinte, 1844.

Em Abril de 1845 voltou Leverger a Cuiabá, portando a Imperial Ordem da Rosa com a qual fora agraciado em Dezembro do ano anterior.

Regressou para a cidade da qual se enamorara, a qual tanto servira e que escolheu para nela passar o restante de sua existência e a própria eternidade e à qual o prenderiam, para sempre, a esposa e duas filhas.

De 1851 a 1870 foram 19 anos durante os quais exerceu cargos da mais alta responsabilidade que lhe foram entregues pela confiança com que fez por merecer do Imperador Pedro II e do seu povo que lhe devotava extraordinária estima.

Nesse período exerceu a magistratura suprema da Província por cinco vezes, em três períodos como Presidente efetivo e em dois como substituto legal, na qualidade de Vice-Presidente.

Em Janeiro de 1851 encontrava-se entregue às suas pesquisas hidrográficas no baixo rio Paraguai quando lhe chegou às mãos a Carta Imperial pela qual Dom Pedro II o nomeava Presidente da Província. Fora a sua primeira investidura nessa função, na qual permaneceu durante seis anos, um mês e dezoito dias, de 11 de Fevereiro de 1851 a 1º de Abril de 1857.

Em 1854, quando investido nas funções de Presidente, que acumulava com as do Comando das Armas, foi promovido a Almirante Chefe de Divisão.

Em 1857 foi promovido a Almirante Chefe de Esquadra, graduado. E como em Mato Grosso não houvesse vaga para tão alta patente, viu-se Leverger na contingência de ter de servir em outra área do país, mais provavelmente na Capital do Império.

Optou então pela reforma para não se afastar da cidade que tanto amava, tendo sido nesse posto reformado por Decreto de 6 de Junho de 1857.

Retirou-se, assim, para a vida privada, para coligir suas anotações e

concluir seus estudos científicos.

Pouco antes da sua reforma chegou a Cuiabá, a 12 de Maio desse mesmo ano, outro marujo, seu colega de farda, o futuro Almirante Antônio Cláudio Soído, comandando o “**Maracanã**”, o primeiro navio a vapor, da nossa Marinha de Guerra, que aportou à Capital da Província.

Poucos dias antes do “**Maracanã**” havia chegado o navio-vapor “**Corça**”, um mercante argentino.

Soído, que se tornou uma figura destacada da história e da literatura matogrossenses, era natural do Espírito Santo. E foi outro que ficou para sempre em Cuiabá, denominando-a de “*Cidade Agarrativa*”. Leverger e Soído foram grandes amigos.

A reforma não bastou para assegurar a Augusto Leverger a tranqüilidade almejada para organizar e concluir a obra que nos legou, um dos pontos altos do patrimônio cultural de Mato Grosso no século 19.

Tendo exercido, por duas vezes, a Presidência, por substituição legal, como Vice-Presidente, (de 12/05 a 15/07/1863 e de 09/08/1865 a 13/02/1866), voltou a exercê-la, pela segunda vez, como titular, nomeado por Dom Pedro II, de 13 de Fevereiro a 1º de maio de 1866.

Quando se julgava já dispensado de todo das incumbências da vida pública, eis que nova Carta Imperial o nomeia, como titular, pela terceira vez, para dirigir os destinos da Província, à frente dos quais esteve de 20/03/1869 a 10/02/1870.

Tais fatos comprovam, sobejamente, a alta confiança que em Leverger depositava o venerando Imperador do Brasil.

Todavia, o episódio que mais o recomendou à estima e à admiração dos seus conterrâneos e que mais glorificou a sua vida foi a sua atuação na defesa da Capital durante os trágicos dias da invasão paraguaia.

O inimigo já havia dominado o baixo curso do rio Paraguai apossando-se do Forte de Coimbra e da vila de Corumbá que foram abandonados.

Ameaçava, em começos de 1865, chegar até Cuiabá, que vivia momentos de pânico.

O Presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho determinou que se organizasse uma linha de defesa na colina de Melgaço, à margem esquerda do rio Cuiabá, onde se entrincheiraram nossos soldados sob o comando de Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, o herói de Coimbra.

A 17 de Janeiro ali chegaram notícias de que navios paraguaios haviam alcançado fugitivos retardatários de Corumbá que foram trucidados e que o inimigo

havia atingido a foz do rio Cuiabá no Paraguai, “sem tropeço algum”.

O Conselho de Oficiais, em Melgaço, decidiu, por maioria de votos, pelo abandono do local e pelo regresso à Capital, onde seria montada a resistência.

Ciente de que os defensores de Melgaço haviam retornado e estavam chegando ao porto da cidade, o Almirante Leverger, embora reformado, deixou pela madrugada a comodidade da chácara em que residia, no Coxipó e foi apresentar-se ao Presidente da Província, oferecendo-se para organizar a defesa.

Chegando ao Palácio, disse o Almirante a Albino de Carvalho:

- “Dê-me V. Exa., um punhado de gente e eu lá vou, - não com a esperança de resistir eficazmente à invasão, - mas sim para poupar-nos a vergonha de chegar até aqui o inimigo sem receber sequer um tiro de pistola”.

Aceitando a oferta, o Presidente nomeou-o Comandante Superior da Guarda Nacional e das forças fluviais e terrestres.

Indo ao porto o almirante ainda encontrou embarcada a tropa que abandonara Melgaço. Assumindo o seu comando, dirigiu-se a Oficiais e soldados dizendo:

- “Marchemos, senhores, a guarnecer o posto abandonado, e quando não possamos impedir a passagem do inimigo, que ao menos façamos conhecer que protestamos por meio da nossa artilharia. Que me acompanhem quem quiser”.

Apenas alguns desembarcaram e com a sua coragem e firmeza de atitudes Leverger levou a tropa de retorno a Melgaço.

E a tranqüilidade voltou ao seio da população sobressaltada.

Os paraguaios, sabendo que a defesa da Capital estava confiada a um seu velho conhecido, cujos méritos respeitavam, não se atreveram a vir até Cuiabá.

E Augusto Leverger foi, por isso, agraciado pelo Governo Imperial com o título de Barão de Melgaço, por Decreto de 10 de Novembro de 1865.

Registrando o fato o Visconde de Taunay disse que com sua intrépida decisão o Almirante transformou Melgaço no “*antemural de Cuiabá e de todo o Brasil*”.

Devotado aos estudos de geografia e história de Mato Grosso que o apaixonavam, escreveu o Barão de Melgaço:

1) *Diário de reconhecimento do rio Paraguai desde a cidade de Assunção até ao rio Paraná;*

2) *Roteiro de navegação do rio Paraguai desde a foz do São Lourenço até o Paraná (1874);*

3) *Roteiro da navegação do rio Paraguai desde a foz do Sepotuba até a do rio São Lourenço (1848);*

- 4) *Carta e roteiro da navegação do rio Cuiabá desde o salto até o rio São Lourenço e deste último até a sua confluência com o rio Paraguai (1859)*;
- 5) *Vias de comunicação de Mato Grosso*;
- 6) *Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso*.

Leverger esteve casado durante 24 anos. A 30 de Maio de 1866, pouco depois de deixar a Presidência que exercera como titular, pela segunda vez, sofreu o golpe da perda da esposa, D. Ignez. Como viúvo viveu ainda 14 anos, até a sua morte ocorrida a 14 de Janeiro de 1880.

O casal deixou, através de suas duas filhas, Emília Augusta e Augusta Malvina, numerosa descendência que honrou o nome da família, dentro da qual surgiram grandes figuras da cultura matogrossense.

Logo após o falecimento do Barão cogitou-se da edição de suas obras. Uma lei, de nº 561 de 27 de Novembro do mesmo ano de 1880, votada pela Assembléia Provincial e sancionada pelo Presidente General Rufino Enéas Gustavo Galvão, Barão de Maracajú, autorizou o governo a editar “*por conta dos cofres públicos*” os trabalhos elaborados pelo finado Barão de Melgaço.

As dificuldades do erário provincial não permitira, entretanto, que se cumprissem os desígnios dessa lei.

Vinte e cinco anos passados, no governo do Cel. Antônio Paes de Barros (Totó Paes), esse Chefe do Executivo baixou o Decreto nº 168, de 12 de Maio de 1905, abrindo crédito especial para dar cumprimento àquela lei e designando uma comissão composta dos intelectuais Estevão de Mendonça e Antônio Fernandes de Souza para coordenar e dirigir a publicação.

Em cumprimento ao determinado nesse Decreto foi editado o trabalho intitulado *Vias de Comunicação de Mato Grosso*, que veio a lume no ano de 1905. Nesse livro, impresso no “*Estabelecimento Avelino de Siqueira*”, de Cuiabá, há uma anotação na contra-capa que diz: “*Vai entrar para o prelo a obra ‘Apontamentos cronológicos de Mato Grosso’*”. Com a eclosão do movimento revolucionário de 1906 e a morte do Presidente Antônio Paes de Barros, os trabalhos de edição foram interrompidos.

A Constituição Estadual de 11 de Julho de 1947, ao artigo 35 do seu “*Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*” determinou que:

- “*O Governo do Estado dará cumprimento à Lei nº 561 de 1880, iniciando, em 1948, a publicação das obras de Augusto Leverger, Barão de Melgaço*”.

Esse dispositivo constitucional tornou-se letra morta e jamais foi

cumprido, mercê do desinteresse de nossos governantes pela cultura e do desprezo que sempre manifestaram os nossos governos pela preservação da memória histórica.

Os trabalhos do Barão de Melgaço, felizmente, encontram-se quase todos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujos ilustres membros lhe deram, no passado, o devido valor.

Graças a esse fato não se perderam os valiosos estudos de Augusto Leverger, que teriam desaparecido de todo se fossem entregues à indiferença e a desídia de nossos homens públicos, para os quais cultura não rende voto...

Em 1895 o governo estadual mandou construir, no cemitério da Piedade, em Cuiabá, o mausoléu do Barão de Melgaço, sobre o qual há uma laje de mármore na qual se lê a seguinte inscrição:

- *“Carta geográfica do Estado de Mato Grosso - 1856.*

*Ao Chefe de Esquadra Augusto Leverger, Barão de Melgaço, reconhecimento do Estado de Mato Grosso - 1895”.*

Ainda bem que sua lembrança sobrevive no carinho com que cultivam a memória os integrantes do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Matogrossense de Letras e no nome de uma das principais ruas da cidade em que segundo ele próprio afirmou, na sua linguagem de marinheiro, *“deitou âncoras para sempre”*.

Leverger foi, sem nenhuma dúvida, o exemplo de uma vida dedicada ao Brasil que ele amou com extremos de um grande e autêntico filho.